

LÍNGUA PORTUGUESA

Duda Nogueira

EDITAL SISTEMATIZADO

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária 43

PARTE I – FONOLOGIA E SEMÂNTICA

1. ORTOGRAFIA

1. INTRODUÇÃO	45
2. Em concursos.....	45
2.1. Emprego dos porquês	45
2.2. Mal e mau.....	45
2.3. Viagem e viagem.....	46
2.4. Cessão, sessão e seção (ou secção)	46
2.5. Onde e aonde	46
2.6. Se não e senão.....	46
2.7. Tão pouco e tampouco	46
2.8. De encontro a e ao encontro de	47
2.9. Em vez de e ao invés de	47
2.10. Acerca de, a cerca de e há cerca de.....	47
2.11. Mas e mais.....	47
2.12. A fim e afim.....	47
2.13. Se quer e sequer	48
3. SUGESTÃO.....	48

2. ACENTUAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	48
1.1. Vogal e semivogal	48
1.2. Ditongo crescente, decrescente e hiato.....	48
2. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA	49
2.1. Proparoxítonas: a sílaba tônica é a antepenúltima	49
2.1.1. Proparoxítona eventual ou acidental	49
2.2. Paroxítonas: a sílaba tônica é a penúltima	49

2.3. Oxítonas: a sílaba tônica é a última	50
2.4. Monossílabas	50
3. Acentuação dos hiatos	50
4. Acentos diferenciais	51
5. Regras especiais.....	51
6. Mudanças nas regras	51

3. SEMÂNTICA

1. Introdução	52
2. Sinônimo e antônimo.....	52
2.1. Sinônimo	52
2.2. Antônimo	52
3. Homônimo e parônimo	52
3.1. Homônimo.....	52
3.2. Parônimo.....	53
4. Polissemia	53
5. Hiponímia e hiperonímia	53
5.1. Hiponímia.....	53
5.2. Hiperonímia.....	53
6. Denotação e conotação.....	53
6.1. Denotação.....	53
6.2. Conotação.....	53
7. AMBIGUIDADE.....	54

PARTE II – MORFOLOGIA

1. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

1. Derivação	55
2. Composição	56
3. Hibridismo	56
4. Onomatopeia	56
5. Neologismos e gírias.....	56

2. CLASSES GRAMATICAIS VARIÁVEIS – FLEXÃO NOMINAL

1. Substantivo	57
1.1. Definição.....	57
1.2. Flexão de número	57
1.2.1. Plural dos substantivos simples.....	58
1.2.2. Plural dos substantivos compostos.....	58
2. Adjetivo	59
2.1. Definição.....	59
2.1.1. Locução adjetiva	59

2.2. Flexão de número	60
2.2.1. Plural dos Adjetivos Simples	60
2.2.2. Plural dos Adjetivos Compostos.....	60
2.3. Sugestão	60
3. Artigo.....	61
3.1. Definição.....	61
3.2. Classificação	61
3.2.1. Artigos definidos.....	61
3.2.2. Artigos indefinidos.....	61
3.3. Emprego do artigo.....	61
3.3.1. Não se usa o artigo definido	61
3.3.2. Usa-se o artigo definido	62
3.3.3. Emprego do artigo indefinido.....	63
4. Numeral	63
4.1. Definição.....	63
4.2. Classificação	63
4.2.1. Cardinais.....	63
4.2.2. Ordinais	63
4.2.3. Multiplicativos.....	63
4.2.4. Fracionários.....	63
4.2.5. Coletivos.....	63
4.3. Leitura dos numerais.....	64
4.3.1. Emprego dos numerais.....	64
5. Pronome.....	65
5.1. Definição.....	65
5.2. Classificação dos pronomes	66
5.2.1. Pronome pessoal.....	66
5.2.1.1. Emprego dos Pronomes Pessoais	66
5.2.2. Pronomes de tratamento.....	67
5.2.2.1. Em concursos	67
5.2.3. Pronome possessivo	68
5.2.3.1. Em Concursos.....	68
5.2.4. Pronome demonstrativo	68
5.2.4.1. Emprego do Pronome Demonstrativo.....	69
5.2.5. Pronome relativo.....	69
5.2.5.1. Emprego do Pronome Relativo.....	70
5.2.6. Pronome indefinido	71
5.2.7. Pronome interrogativo	71
5.3. Colocação pronominal	72

5.3.1.	Próclise.....	72
5.3.2.	Mesóclise.....	72
5.3.3.	Ênclise	72
5.3.4.	Em locuções verbais.....	73
5.3.5.	Pegadinhas das bancas.....	73
6.	Verbo	74
6.1.	Definição.....	74
6.2.	Modo verbal	74
6.2.1.	Formas Nominais	74
6.3.	Tempos verbais	74
6.3.1.	Presente.....	74
6.3.2.	Futuro.....	75
6.3.3.	Pretérito.....	75
6.3.4.	Imperativo	75
6.3.5.	Tempos compostos	76
6.4.	Correlação de tempos verbais.....	77
6.5.	Voz verbal.....	77
6.5.1.	Voz ativa	78
6.5.2.	Voz passiva	78
6.5.2.1.	Passiva analítica – ser + particípio	78
6.5.2.2.	Passiva sintética – V.T.D.(l.) + SE = V.P. (sujeito)	78

3. CLASSES GRAMATICAIS INVARIÁVEIS

1.	Advérbio.....	79
1.1.	Definição.....	79
1.2.	Locuções adverbiais	79
1.2.1.	Lista dos principais Advérbios, Locuções Adverbiais e Palavras Denotativas	79
2.	Preposição	80
2.1.	Definição.....	80
2.2.	Classificação das preposições	81
2.3.	Relações das preposições.....	81
3.	Conjunção.....	82
3.1.	Definição.....	82
3.2.	Classificação	82
3.3.	Coordenativas.....	82
3.4.	Subordinativas.....	82
3.4.1.	Integrantes	82
3.4.2.	Adverbiais	83
3.4.3.	Interjeição.....	83

3.4.3.1. Definição	83
3.4.3.2. Locução interjetiva	84
3.4.3.3. Classificação	84

PARTE III – SINTAXE

1. ANÁLISE SINTÁTICA

1. Frase, oração e período	85
1.1. Frase	85
1.2. Oração	85
1.3. Período	85
2. Termos essenciais da oração	85
2.1. Sujeito	85
2.2. Predicado	87
2.2.1. Predicação verbal	88
2.2.2. Predicativo	88
2.3. Classificação do predicado	88
3. Termos integrantes da oração	89
3.1. Objeto direto	89
3.1.1. Objeto direto preposicionado	89
3.1.2. Objeto direto pleonástico	90
3.2. Objeto indireto	90
3.2.1. Objeto indireto pleonástico	90
3.3. Complemento nominal	90
3.4. Agente da passiva	91
4. Termos acessórios da oração	92
4.1. Adjunto adnominal	92
4.2. Adjunto adverbial	92
4.2.1. Classificação do adjunto adverbial	92
4.3. Aposto	93
4.3.1. Classificação do aposto	94
5. Vocativo	94

2. PERÍODO COMPOSTO

1. Coordenação	95
1.1. Assindéticas	95
1.2. Sindéticas	95
2. Subordinação	96
2.1. Subordinada substantiva	96
2.2. Subordinada adjetiva	97
2.2.1. Funções sintáticas do pronome relativo	98
2.3. Subordinada adverbial	99
2.4. Orações reduzidas	100

3. CONCORDÂNCIA

1. Concordância verbal	101
Sujeito composto	103
2. Concordância nominal	106

4. REGÊNCIA

1. Regência verbal	108
2. Regência nominal	111

5. CRASE

1. Regra geral.....	111
2. Casos em que sempre haverá crase diante de palavras femininas – Substitua sempre por uma masculina.....	112
3. Diante de nomes de lugar.....	113
4. Diante de pronome demonstrativo.....	113
5. Com pronome relativo	114
6. Com pronome demonstrativo.....	114
7. Antes da palavra distância	114
8. Crase facultativa	115
9. Não se usa crase	115

6. PONTUAÇÃO

1. Vírgula	115
1.1. Vírgula no interior da oração.....	116
1.2. Vírgula entre as orações	117
2. Ponto e vírgula	118
3. Dois-pontos.....	118
4. Ponto final.....	118
5. Ponto de interrogação	118
6. Ponto de exclamação	119
7. Reticências.....	119
8. Parênteses.....	119
9. Travessão.....	119
10. Aspas	120
11. Colchetes.....	120
12. Asterisco.....	120

PARTE IV – COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES

1. COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES

1. Introdução	121
1.1. Tipos de coesão textual.....	121
2. Paráfrase.....	123

3. Perífrase	123
4. Tipos de incoerência	124

2. AS PALAVRAS QUE, SE E COMO

1. A palavra QUE.....	124
2. A palavra SE.....	125
3. A palavra COMO	126

PARTE V – INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO TEXTUAL

1. INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO TEXTUAL

1. Tipologia textual	128
2. Gêneros textuais.....	129
3. Argumentação	129
3.1. Argumentação por citação	130
3.2. Argumentação por comprovação	130
3.3. Argumentação por raciocínio lógico.....	130
4. Pressupostos e subentendidos	131
4.1. Pressupostos	131
4.2. Subentendidos.....	132
5. Discurso direto e indireto.....	132

PARTE VI – FIGURAS DE LINGUAGEM

1. CLASSIFICAÇÃO

1. Figuras de palavras (ou figuras semânticas).....	135
2. Figuras de pensamento	136
3. Figuras de sintaxe (ou figuras de construção)	137
4. Figuras de som (ou figuras de harmonia).....	138
Referências.....	138

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Marcelo Sbicca

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Números inteiros e racionais.....	144
1.1. Operações numéricas	145
1.2. Expressões numéricas.....	149
1.3. Múltiplos.....	152
1.4. Divisores	152
1.5. Problemas	154
2. Frações e operações com frações.....	157
2.1. Frações	157
2.2. Operações com frações.....	158

3.	Números e grandezas proporcionais.....	159
3.1.	Razão e Proporção	159
3.2.	Divisão proporcional.....	160
3.3.	Regra de três	161
3.4.	Porcentagem.....	166
3.5.	Problemas	168
4.	Lógica proposicional.....	170
4.1.	Proposição	170
4.2.	Conectivos	170
4.2.1.	Conjunção	170
4.2.2.	Disjunção	171
4.2.3.	Disjunção exclusiva	172
4.2.4.	Condicional	172
4.2.5.	Bicondicional.....	174
4.2.6.	Resumo esquematizado	175
4.3.	Negação das proposições	175
4.4.	Equivalência das proposições compostas.....	178
5.	Estruturas lógicas	180
5.1.	Argumento	180
5.2.	Proposições categóricas	181
5.3.	Estruturas lógicas	186
5.4.	Raciocínio matemático.....	189
5.5.	Raciocínio sequencial	190
5.6.	Orientação espacial	192
5.7.	Orientação temporal	193
6.	Correlacionamento lógico	195
6.1.	Ordenação	196
6.2.	Dedução	197
6.3.	Hipóteses.....	200
7.	Noções de estatística	201
7.1.	Medidas de Posição.....	201
7.1.1.	Média.....	202
7.1.2.	Mediana.....	202
7.1.3.	Moda.....	203
7.2.	Medidas de Dispersão	204
7.2.1.	Amplitude.....	204
7.2.2.	Desvio Médio.....	204
7.2.3.	Variância.....	205
7.2.4.	Desvio Padrão	205

7.3.	Apresentação de Dados.....	206
7.3.1.	Histograma.....	206
7.3.2.	Gráficos e Tabelas.....	207

LEGISLAÇÃO

Danilo da Cunha Sousa

1.	LEI Nº 8.112/1990	211
1.1.	Disposições Preliminares	211
1.2.	Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição.....	212
1.3.	Dos Direitos e Vantagens: Do vencimento e da remuneração e das vantagens.....	215
1.4.	Das Férias, Licenças e dos Afastamentos	216
1.5.	Do Regime disciplinar: Dos deveres, das proibições, da cumulação, das responsabilidades e das penalidades	217
1.6.	Do Processo Administrativo Disciplinar	220
2.	LEI Nº 9.784/1999	221
3.	Lei nº 8.429/1992 e Lei nº 14.230/2021.....	224
4.	Lei nº 14.133/2021	228
5.	Lei nº 13.709/2018	236
6.	Lei nº 13.146/2015	238
7.	Regimento Interno do TRT/5ª Região (RI)	241
8.	Resolução n. 400/2021 do CNJ.....	247

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Judiciário – Área Judiciária

DIREITO CONSTITUCIONAL

Paulo Lépoire

I.	DA APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS; VIGÊNCIA E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	253
1.	Constituição – Tipologia ou Classificação das Constituições.....	253
2.	Interpretação das normas constitucionais	256
2.1.	Métodos.....	256
2.2.	Princípios de interpretação Constitucional.....	258
3.	Aplicabilidade, vigência e eficácia das normas constitucionais.....	260
3.1.	Classificação das normas constitucionais segundo sua eficácia	260
II.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: SISTEMAS DIFUSO E CONCENTRADO; AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE; AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE E ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONVENÇÕES INTERNACIONAIS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	263

1.	Controle de constitucionalidade.....	263
2.	Sistemas de controle: difuso e concentrado	264
3.	Ação direta de inconstitucionalidade.....	268
4.	Ação declaratória de constitucionalidade	272
5.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	272
6.	Reclamação constitucional.....	274
7.	Convenções internacionais aplicáveis às relações de trabalho. Controle de convencionalidade.....	275
III.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	276
1.	Fundamentos da República Federativa do Brasil	276
2.	Poderes da União	277
3.	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	277
4.	Princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais	277
IV.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DOS DIREITOS SOCIAIS; DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE; DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	278
1.	Direitos e garantias fundamentais.....	278
2.	Dos direitos e deveres individuais e coletivos.....	280
3.	Ações ou remédios constitucionais.....	285
4.	Direitos sociais.....	291
5.	Direitos de nacionalidade	294
6.	Direitos políticos.....	298
V.	DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA; DA UNIÃO, DOS ESTADOS FEDERADOS, DOS MUNICÍPIOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.....	304
1.	Organização político-administrativa.....	304
2.	União	307
3.	Estados Federados.....	308
4.	Municípios	310
5.	Distrito Federal e Territórios	312
VI.	DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DISPOSIÇÕES GERAIS; DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	312
1.	Disposições gerais	312
2.	Servidores públicos civis e militares – regime jurídico constitucional	314
VII.	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	321
VIII.	DO PODER EXECUTIVO: DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	321

IX. DO PODER LEGISLATIVO: DO CONGRESSO NACIONAL, DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, DO PROCESSO LEGISLATIVO, DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.	325
1. Poder Legislativo: Congresso Nacional	325
3. Processo legislativo	331
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	335
X. DO PODER JUDICIÁRIO: DISPOSIÇÕES GERAIS; DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA; DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO; DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA.	337
1. Disposições gerais	337
2. Supremo Tribunal Federal.....	339
3. Conselho Nacional de Justiça: organização e competência.....	341
4. Superior Tribunal de Justiça	342
5. Tribunais e Juízes do Trabalho.....	342
6. Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	344
XI. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: DO MINISTÉRIO PÚBLICO; DA ADVOCACIA PÚBLICA; DA ADVOCACIA E DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	344
1. Ministério Público	344
2. Advocacia Pública.....	349
3. Advocacia.....	350
4. Defensoria Pública	351

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leandro Bortoleto

Administração pública. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais e legais da Administração Pública. Princípios administrativos implícitos. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública	355
Poderes da Administração Pública. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso do poder.....	358
Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).....	361
Organização da Administração Direta e Indireta. Órgãos públicos. Aspectos gerais da Administração Direta. Autarquias. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Fundações públicas. Consórcios públicos. Agências. Entes de colaboração e entidades paraestatais.	363
Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação dos atos administrativos. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Cassação e caducidade.	375

Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999	380
Controle da administração pública. Classificações relativas ao controle da Administração Pública. Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.	382
Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).....	391
Serviço público. Conceito. Classificação. Princípios. Formas de delegação de serviço público. Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público. Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público. Parcerias público-privadas.	399
Agentes públicos: Classificação. Cargo, emprego e função pública. Provimento e investidura. Exercício e afastamentos. Direito de Greve. Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal. Regime de emprego público e disposições da CLT aplicáveis. Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 atualizada).	407
REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS (LEI Nº 8.112/1990 ATUALIZADA).....	421

DIREITO DO TRABALHO

Henrique Correia

1. Dos Princípios e Fontes do Direito do Trabalho	436
1.1. Princípios do Direito do Trabalho	436
1.2. Fontes	438
1.3. Flexibilização e desregulamentação	439
1.4. Renúncia e transação.....	440
2. Direitos Constitucionais dos Trabalhadores.....	441
3. Sujeitos do Contrato de Trabalho.....	445
3.1. Empregado	445
3.1.1. Empregado Hipersuficiente	447
3.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	448
3.3. Registro de empregados	449
3.4. Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	449
3.5. Trabalho doméstico.....	450
3.6. Contratos de trabalho especiais.....	455
3.6.1. Bancário.....	455
3.6.2. Motorista profissional.....	456
3.6.3. Professor.....	458
3.6.4. Serviços em frigoríficos.....	458
3.6.5. Trabalho em minas de subsolo	458
3.7. Legislação aplicável em combate a práticas discriminatórias.....	459

4.	Empregador	461
4.1.	Grupo econômico	461
4.1.1.	Responsabilidade solidária e subsidiária.....	462
4.2.	Sucessão de Empregadores.....	462
4.3.	Sócio retirante	463
4.4.	Poderes do Empregador	463
4.4.1.	Poder de Organização	464
4.4.2.	Poder de controle	465
4.4.3.	Poder disciplinar.....	465
5.	Relações de Trabalho <i>Lato Sensu</i>	466
6.	Proteção do Trabalho da Criança e do Adolescente.....	467
6.1.	Salário do adolescente	469
6.2.	Das Férias do Empregado Adolescente.....	470
6.3.	Aprendiz	470
7.	Proteção do trabalho da Mulher.....	472
7.1.	Licença-maternidade.....	475
7.2.	Estabilidade da gestante	477
7.3.	Meio ambiente de trabalho.....	479
7.4.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	480
7.5.	Protocolo do CNJ de Julgamento com Perspectiva de Gênero.....	481
8.	Terceirização	485
8.1.	Generalidades.....	485
8.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa (Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017)	486
8.3.	Requisitos do contrato de terceirização.....	487
8.4.	Direitos dos terceirizados	487
8.5.	Responsabilidade da tomadora	488
8.6.	Responsabilidade da Administração Pública	488
8.7.	Trabalho temporário	489
9.	Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho	491
9.1.	Relação de trabalho x Relação de emprego	491
9.2.	Contrato de trabalho.....	491
9.3.	Características do contrato de trabalho.....	491
9.4.	Classificação dos contratos de trabalho.....	492
9.5.	Contrato para prestação de trabalho intermitente.....	493
9.6.	Alteração do Contrato Individual de Trabalho.....	494
9.7.	Transferência de local de trabalho	496
9.8.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	498
9.9.	Efeitos do Contrato de Trabalho	499

9.9.1.	Dano material e moral.....	500
9.9.2.	Assédios moral e sexual nas relações de trabalho.....	502
9.9.3.	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas relações de trabalho .	502
10.	Duração do trabalho e jornada de Trabalho	503
10.1.	Limite de tolerância.....	505
10.2.	Empregados não submetidos à limitação de jornada	505
10.2.1.	Regulamentação dada ao teletrabalho pela Reforma Trabalhista.	506
10.2.2.	Nova regulamentação do teletrabalho dada pela Lei nº 14.442/2022 (fruto da conversão da MP n.º 1.108/2022)	507
10.3.	Regime de tempo parcial	508
10.4.	Turnos ininterruptos de revezamento.....	509
10.5.	Horas <i>In Itinere</i>	510
10.6.	Trabalho noturno	510
10.7.	Trabalho extraordinário	511
10.8.	Compensação.....	512
10.9.	Períodos de descanso	513
10.9.1.	Intervalos	513
10.9.2.	Descanso semanal remunerado (DSR).....	515
10.9.3.	Férias.....	516
10.9.3.1.	Direitos às férias e sua duração	516
10.9.3.2.	Concessão e época das férias	517
10.9.3.3.	Remuneração das férias.....	517
10.9.3.4.	Abono pecuniário de férias	518
10.9.3.5.	Término do contrato de trabalho e pagamento das fé- rias proporcionais.....	518
10.9.3.6.	Férias coletivas	519
11.	Salário e Remuneração	520
11.1.	Salário mínimo	520
11.2.	Modalidades de salário	521
11.3.	Parcelas Salariais (composição do salário)	523
11.4.	Gratificações.....	523
11.5.	Décimo terceiro salário	524
11.6.	Adicionais salariais	524
11.6.1.	Adicional de Hora extraordinária	525
11.6.2.	Adicional noturno.....	525
11.6.3.	Adicional de transferência	525
11.6.4.	Adicional de periculosidade	526
11.6.5.	Adicional de insalubridade.....	527
11.7.	Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias).....	529
11.7.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR	529

11.7.2. Ajuda de custo.....	530
11.7.3. Diárias para viagem.....	530
11.7.4. Vale-transporte.....	530
11.7.5. Auxílio-alimentação.....	530
11.7.6. Prêmios.....	531
11.7.7. Abonos.....	531
11.7.8. Salário-família.....	531
11.8. Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	531
11.9. Formas e meios de pagamento do salário.....	533
11.10. Equiparação salarial.....	534
11.11. Desvio e acúmulo de função.....	535
12. Aviso-prévio.....	535
13. Fundo de garantia do tempo de Serviço – FGTS.....	537
13.1. Hipóteses de saque dos depósitos.....	537
14. Estabilidade.....	539
14.1. Dirigente sindical.....	539
14.2. Empregado representante da CIPA.....	540
14.3. Empregado acidentado.....	540
14.4. Empregado público.....	541
14.5. Estabilidade gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017).....	541
14.6. Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista).....	542
14.7. Despedida e reintegração do empregado estável.....	542
15. Término do Contrato de Trabalho.....	543
15.1. Dispensa sem justa causa ou arbitrária.....	543
15.2. Pedido de demissão.....	544
15.3. Distrato (Reforma Trabalhista).....	544
15.4. Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca.....	545
15.5. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho.....	547
15.5.1. Término do contrato por prazo determinado.....	547
15.5.2. Força maior.....	549
15.5.3. Morte do empregador.....	550
15.5.4. Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimento).....	550
15.5.5. Morte do empresário individual.....	550
15.5.6. Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho).....	551
15.6. Dispensa coletiva.....	551
15.7. Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho.....	552
15.8. Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	554

15.9. Estado de calamidade e legislação de exceção.....	554
16. Prescrição e Decadência.....	555
17. Segurança e medicina do trabalho (Meio Ambiente de Trabalho).....	558
17.1. Deveres do empregador.....	558
17.2. Deveres do empregado.....	559
17.3. Acidente de trabalho.....	559
17.4. CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio.....	561
18. Direito Coletivo.....	562
18.1. Liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT).....	563
18.2. Organização sindical brasileira.....	563
18.2.1. Modelo de organização sindical.....	563
18.2.2. Contribuições devidas ao sindicato.....	565
18.2.3. Associações sindicais de grau superior.....	567
18.3. Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho).....	568
• ADPF 323-DF. No julgamento virtual da ADPF 323, finalizado no dia 27/05/2022, o STF, por maioria, decidiu pela inconstitucionalidade da Súmula nº 277 do TST e das decisões judiciais que interpretam o art. 114, § 2º, CF/88, como autorização à aplicação do princípio da ultratividade das normas coletivas. Segundo o voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes, a Súmula nº 277 do TST não é compatível com os princípios da legalidade, da separação dos Poderes e da segurança jurídica. Reforçou-se, assim, o posicionamento trazido pela Reforma Trabalhista, no sentido de vedar a ultratividade das normas coletivas, concretizando nas relações de trabalho a teoria da aderência limitada ao prazo.	571
18.4. Greve.....	571
18.4.1. Greve em serviços essenciais.....	572
18.4.2. Greve no serviço público.....	573
19. Comissão de conciliação prévia.....	574
20. Da Representação dos Empregados (Reforma Trabalhista).....	575
21. JULGADOS DA CORTE INTERAMERICANA EM DIREITOS HUMANOS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES TRABALHISTAS.	577

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Élison Miessa

1. DA JUSTIÇA DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA. DAS VARAS DO TRABALHO, DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	585
1.1. Justiça do trabalho: organização e competência (EC 45/2004).....	585
1.1.1. Órgãos da Justiça do Trabalho.....	585
1.1.2. Composição do TST.....	586
1.1.3. Composição do TRT.....	586

1.1.4.	Vara do Trabalho.....	587
1.2.	Competência	587
1.2.1.	Critérios de competência.....	587
1.2.2.	Diferenças entre a competência absoluta e a competência relativa.....	587
1.2.3.	Competência material.....	587
1.2.4.	Competência territorial.....	590
1.2.5.	Dos conflitos de competência	591
1.2.6.	Jurisdição.....	592
2.	Dos serviços auxiliares da justiça do trabalho: das secretarias das varas do trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores. Dos peritos judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, gratuidade de justiça	592
2.1.	Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	592
2.2.	Dos Peritos Judiciais.....	594
2.2.1.	Honorários periciais e gratuidade de justiça.....	595
3.	Do ministério público do trabalho: organização.....	595
3.1.	Organização	595
3.2.	Atribuições.....	595
4.	Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do cpc). Prescrição e decadência. Prescrição intercorrente	596
4.1.	Princípios do Processo do Trabalho	596
4.2.	Aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho.....	598
5.	Prescrição e decadência	598
5.1.	Prescrição intercorrente.....	601
5.2.	Prazos prescricionais durante a pandemia de Covid-19	601
6.	Dos atos, termos e prazos processuais. Da distribuição. Do valor da causa no processo do trabalho; das custas e emolumentos. Custas e emolumentos para a fazenda pública. Hipóteses de isenção.....	602
7.	Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais. Da representação da massa falida e das empresas em recuperação judicial. Do litisconsórcio no processo do trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados	607
7.1.	Partes	607
7.2.	<i>Jus Postulandi</i>	607
7.3.	Substituição processual	608
7.4.	Litisconsórcio	608
7.5.	Representação.....	609
7.6.	Assistência judiciária e benefício da justiça gratuita.....	610

7.7. Honorários advocatícios	610
8. Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição	612
8.1. Princípios informadores das nulidades processuais.....	612
8.1.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	613
8.2. Exceções	613
9. Tutela provisória	615
10. Das Audiências: De Conciliação, De Instrução E De Julgamento; Da Notificação Das Partes; Do Arquivamento Do Processo; Da Revelia E Confissão	617
10.1. Audiência.....	617
11. DAS PROVAS	619
11.1. Princípios da prova	619
11.1.1. Contraditório e Ampla Defesa.....	619
11.1.2. Necessidade.....	619
11.1.3. Oralidade.....	619
11.1.4. Imediação	620
11.1.5. Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova.....	620
11.2. Ônus da Prova.....	620
11.3. Meios de prova.....	621
11.3.1. Prova testemunhal	621
11.3.2. Prova documental.....	622
11.3.2.1. Falsidade de documento.....	622
11.3.3. Prova pericial	623
12. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar	623
12.1. Indeferimento da petição inicial	624
12.2. Legitimidade para ajuizar.....	624
13. Dos Procedimentos Ordinário e Sumaríssimo.....	625
13.1. Procedimento sumaríssimo	625
14. Procedimentos especiais.....	627
14.1. Inquérito para apuração da falta grave	627
14.2. Ação rescisória.....	628
14.3. Mandado de Segurança.....	634
14.4. Da ação civil pública.....	636
15. Da Liquidação da Sentença: por Cálculo, por Artigos e por Arbitramento.....	639
15.1. Da sentença e coisa julgada	639
15.2. Da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.....	640
16. Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.....	641

17. Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a fazenda pública; execução contra a massa falida. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Da citação, do depósito da condenação e da nomeação de bens. Garantias na execução. Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (lei nº 8.009/1990). Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros. Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução.....	643
17.1. Iniciativa da execução.....	644
17.2. Execução provisória.....	644
17.3. Execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.....	644
17.3.1. Execução por prestações sucessivas.....	644
17.3.2. Execução contra a Fazenda Pública.....	644
17.3.3. Execução contra a massa falida.....	645
17.3.4 Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	646
17.4. Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis.....	647
17.4.1. Mandado de citação.....	647
17.4.2. Penhora.....	648
17.5. Embargos à execução; impugnação à sentença; embargos de terceiro.....	650
17.5.1. Embargos à execução.....	650
17.5.2. Impugnação à sentença.....	650
17.5.3. Embargos de terceiros.....	651
17.6. Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução.....	651
18. Dos recursos no processo do trabalho.....	652
18.1. Teoria Geral dos Recursos.....	652
18.1.1. Tempestividade.....	653
18.1.2. Custas e depósito recursal.....	654
18.1.3. Efeito do recurso trabalhista.....	656
18.1.4. Reexame necessário.....	656
18.1.5. Juízo de retratação.....	657
18.2. Recursos em Espécie.....	657
18.2.1. Embargos de declaração.....	657
18.2.2. Recurso ordinário.....	658
18.2.3. Agravo de petição.....	659
18.2.4. Agravo de instrumento.....	659
18.2.5. Recurso de revista.....	659
18.2.6. Embargos no TST.....	663
18.2.6.1. Embargos infringentes.....	663

18.2.6.2. Embargos de divergência	663
18.3. Agravo Interno e Regimental	664
18.4. Reclamação Correicional	665
19. Normas atinentes ao processo judicial eletrônico	666
20. Lei 13.467 de 2017 (reforma trabalhista)	668
21. Uniformização de jurisprudência à luz do CPC e sua aplicação ao processo do trabalho. Precedentes obrigatórios (IAC e IRDR).	673
21.1. Precedentes Judiciais	673
21.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas	674
21.3. Incidente de assunção de competência	675
21.4. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST e do TRT5 em matéria de Direito Processual do Trabalho	675
22. Instruções normativas e atos em geral do TST em matéria de direito processual do trabalho	680
22.1. Instrução Normativa nº 38 do TST (de 2015)	680
22.2. Instrução Normativa nº 39 do TST (de 2016)	685
22.3. Instrução Normativa nº 40 do TST (de 2016)	690
22.4. Instrução Normativa nº 41, do TST (de 2018)	690
23. Precedentes obrigatórios e súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.	692

DIREITO CIVIL

Plínio Moura

EDITAL SISTEMATIZADO (Nº 01/2022 – TRT5/BA, PUBLICADO EM 16.09.22) – BANCA FCC:

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL: 695

CAPÍTULO 1. PESSOAS NATURAIS 697

1.1. Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica – Início da Existência Humana. 697

1.1.1. Início da Personalidade Jurídica e da Existência Humana – Teorias Históricas e Regra Geral:..... 697

1.1.2. Interpretação do Art. 2º e os direitos do nascituro: 698

1.2. Capacidade Civil – As Incapacidades e a Emancipação. 699

1.3. Direitos da personalidade 700

1.4. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:..... 702

CAPÍTULO 2. PESSOA JURÍDICA 705

2.1. Constituição e Personalidade Jurídica de Direito Privado. Entes despersonalizados (Pessoas Formais)..... 705

2.2. Direitos da Personalidade 706

2.3. Normas Gerais de Administração e Responsabilidade..... 706

2.4. Desconsideração da personalidade jurídica	707
2.5. Dissolução da Pessoa Jurídica	708
2.6. Classificação	709
2.6.1. Associações.....	710
2.6.2. Fundações.....	711
2.7. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	712
CAPÍTULO 3. DOMICÍLIO	713
4.1. Domicílio da Pessoa Natural.....	713
4.2. Domicílio Civil das Pessoas Jurídicas.	714
CAPÍTULO 4. BENS PÚBLICOS	715
4.1. Conceito de Bens.....	715
4.2. Espécies e Classificação.....	715
4.3. Bens Públicos – Classificação, Afetação e Desafetação.	715
CAPÍTULO 5. NEGÓCIOS JURÍDICOS	717
5.1. Negócio Jurídico – Conceito.	717
5.2. Classificação dos Negócios Jurídicos.	717
5.3. Elementos Essenciais dos Negócios Jurídicos.	718
5.4. Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos. Condição, Termo e Encargo.	718
5.4. O Plano da Validade: Nulidade x Anulabilidade. Defeitos do Negócio Jurídico.....	720
5.4.1. Disposições Gerais sobre os Requisitos de Validade.	720
5.4.2. Princípio da Preservação do Negócio Jurídico.	721
5.4.3. Invalidades: Nulidade x Anulabilidade.	721
5.4.4. Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão.	722
5.4.5. A Simulação.....	725
5.5. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	726
CAPÍTULO 6. OBRIGAÇÕES.....	727
6.1. Constituição das Obrigações.	727
6.2. Espécies.	727
6.2.1. Classificação Geral:	727
6.2.2. Classificações Especiais:	729
6.3. Transmissão.....	733
6.3.1. Cessão de Crédito.....	733
6.3.2. Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas.	734
6.4. Cumprimento e Extinção das Obrigações.	734
6.4.1. Teoria Geral do Pagamento – Extinção Direta.	734
6.4.2. Regras Especiais de Extinção Indireta.	735
6.5. Descumprimento das Obrigações.....	736
6.5.1. Inadimplemento Absoluto x Relativo.	736

6.5.2. Espécies de Mora e suas consequências.	737
6.5.3. Cláusula Penal.	737
6.5.4. Arras.	737
CAPÍTULO 7. GARANTIAS LEGAIS NA DISCIPLINA GERAL DOS CONTRATOS	739
7.1. Garantias Legais: Evicção e Vícios redibitórios.	739
7.2. Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios.	739
7.3. Proteção do Adquirente em face de Evicção.	740
CAPÍTULO 8. RESPONSABILIDADE CIVIL.	741
8.1. Teoria Geral do Ato Ilícito e do Abuso de Direito.	741
8.2. Espécies de Responsabilidade Civil – Distinções relevantes.	742
8.2.1. Responsabilidade Contratual x Aquiliana.	742
8.2.2. Responsabilidade Objetiva x Subjetiva.	742
8.2.3. Responsabilidade Solidária x Subsidiária.	742
8.3. Elementos ou Pressupostos da Responsabilidade Civil.	743
8.3.1. Conduta Humana.	743
8.3.2. Nexo de causalidade.	744
8.3.3. Dano.	744
8.3.4. Culpa.	745
8.4. Excludentes da Responsabilidade Civil.	746
8.4.1. Excludentes da ILICITUDE.	746
8.4.2. Excludentes da CAUSALIDADE.	746
8.5. Transmissibilidade da Responsabilidade Civil.	747
8.6. Responsabilidade Civil por Fato da Coisa.	747
8.7. Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas.	748
8.8. Responsabilidade Civil por Crime.	748
8.9. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	749
CAPÍTULO 9. DIREITOS DAS COISAS – POSSE	753
9.1. Conceito de Posse.	753
9.2. Teorias Jurídicas e Função Social da Posse.	753
9.3. Classificação, composses e desdobramento da posse.	755
9.4. Posse x Detenção.	755
9.5. Modos de aquisição e perda da posse. Interversão.	756
9.6. Efeitos e Proteção da Posse.	757
CAPÍTULO 10. OS DIREITOS REAIS E A PROPRIEDADE	759
10.1. Direitos Reais.	759
10.2. Distinções entre Direitos Reais e Direitos Obrigacionais e Figuras Híbridas.	759
10.3. Classificação dos Direitos Reais.	760
10.4. Direito Real na Coisa Própria – Propriedade.	761

10.4.1. Estrutura, Faculdades, Poderes e Características	761
10.4.2. Extensão	762
10.4.3. A descoberta	762
10.4.4. Função social da propriedade e sua concretização:	763
10.4.5. Propriedade resolúvel (ad tempus):	763
10.4.6. Aquisição da propriedade imóvel: registro público, acessões e usucapião	764
10.4.7. Aquisição da propriedade móvel	767
10.4.8. A perda da propriedade.	768
CAPÍTULO 11. DIREITOS DE VIZINHANÇA	771
11.1. Conceito e Natureza Jurídica	771
11.2. Disposições Gerais: Uso Anormal da Propriedade (arts. 1277-1281):	771
11.3. Árvores Limítrofes (arts. 1282-1284):	772
11.4. Passagem Forçada (art. 1285):	772
11.5. Passagem de Cabos e Tubulações (arts. 1286-1287):	772
11.6. Águas (arts. 1288-1296):	772
11.7. Limites (arts. 1297-1298):	773
11.8. Direito de Construir (arts. 1299-1313):	773
CAPÍTULO 12. DIREITOS DE VIZINHANÇA	775
12.1. Condomínio:	775
12.2. Disposições Gerais:	775
12.3. Condomínio Geral ou Ordinário (arts. 1314-1330):	775
12.4. Condomínio Edifício (art. 1331-1358):	776
12.5. Condomínio de Lotes (art. 1358-A – Lei 13.465/17):	778
12.6. Condomínio em Multipropriedade ou Time Sharing (arts. 1358-B a 1358-U – Lei 13.777/18)	778
CAPÍTULO 13. DIREITOS REAIS SOBRE A COISA ALHEIA – DIREITOS DE FRUIÇÃO	781
13.1. Os direitos reais na coisa alheia.	781
13.2. Classificação	781
13.3. Características.	781
13.4. Direitos reais de Fruição:	782
13.4.1. Servidão predial (1378-1389):	782
13.4.2. Superfície no Código Civil e no Estatuto da Cidade:	783
13.4.3. Usufruto, uso e habitação (arts. 1390-1416):	784
CAPÍTULO 14. DIREITOS REAIS SOBRE A COISA ALHEIA – DIREITOS DE GARANTIA ..	787
14.1. Regras Gerais sobre os Direitos Reais de Garantia.	787
14.2. Alienação fiduciária em garantia:	788
14.3. Hipoteca	789
14.4. Penhor	790

CAPÍTULO 15. DIREITOS REAIS SOBRE A COISA ALHEIA – DIREITO DE AQUISIÇÃO ...	791
15.1. Direito real de aquisição (arts. 1417-1418):	791
15.2. Adjudicação Compulsória (Súmula n. 329, do STJ e art. 1418):.....	791
CAPÍTULO 16. DIREITO DAS FAMÍLIAS – CASAMENTO	793
16.1. As Famílias.....	793
16.2. O Casamento e sua Caracterização.	795
16.3. Formalidades Preliminares. Procedimento de Habilitação e Celebração.	795
16.4. Espécies de casamento a partir das formas de celebração e provas do matrimônio.....	795
16.5. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Impedimentos Matrimoniais.	796
16.5.1. Plano da Existência.	796
16.5.2. Plano da Validade.	796
16.5.3. Plano da Eficácia: Os principais efeitos do casamento são destacados na tabela a seguir:	798
16.6. Dissolução do casamento: Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Separação judicial. Separação de fato. Efeitos.	798
16.6.1. Procedimento Judicial: Emenda n. 66/2010.	799
16.6.2. Procedimento Extrajudicial.	800
CAPÍTULO 17. DIREITO DAS FAMÍLIAS – DIREITO PATRIMONIAL.....	801
17.1. Regimes de Bens no Casamento – Definição e Pacto Antenupcial.	801
17.2. Regimes de Bens no Casamento – Espécies.	801
17.2.1. Comunhão Parcial de Bens (arts. 1658-1666):	802
17.2.2. Comunhão Universal de Bens (arts. 1667-1671):.....	802
17.2.3. Regime de Participação Final nos Aquestos (arts. 1672-1686):.....	803
17.2.4. Separação Total, Absoluta ou Convencional de Bens (arts. 1687-1688):.....	803
17.2.5. Separação Obrigatória ou Legal de Bens (arts. 1641):.....	803
17.3. Meação x Sucessão:.....	804
17.4. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes.	804
17.5. Bem de família.	804
17.6. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	806
CAPÍTULO 18. DIREITO DAS FAMÍLIAS – UNIÃO ESTÁVEL	807
CAPÍTULO 19. DIREITO SUCESSÓRIO	809
19.1. Disposições Gerais sobre a Sucessão.....	809
19.2. Aceitação e Renúncia da Herança:	810
19.3. Sucessão Legítima – Ordem de Vocação Hereditária:	811
19.4. Herança Jacente e Vacante:	813
19.5. Exclusão e Deserdação da Sucessão:	813
19.6. Sucessão Testamentária:	814
19.6.1. Disposições Gerais.	814

19.6.2. Espécies de Testamentos, Codicilos e Legados.	814
19.6.3. Redução, Revogação e Rompimento.	815
19.7. Inventário e partilha. Arrolamentos. Alvarás judiciais. Partilha de bens e direitos.	815
19.8. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema – Dicas Finais:	816
Referências Bibliográficas:.....	817

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Luciano Alves Rossato

1. Jurisdição	822
1.1. Conceito	822
1.2. Características.....	822
1.3. Natureza.....	822
1.4. Princípios.....	823
1.5. Limites	823
1.5.1. Limites da Jurisdição Nacional e Cooperação Internacional: disposições gerais.....	823
2. Competência	824
2.1. Critérios determinadores.....	824
2.2. Competência Originária dos Tribunais Superiores.....	826
2.3. Competência absoluta e relativa	826
2.4. Modificações	827
2.5. Meios de declaração de incompetência	828
2.6. Conflito de competência e de atribuições	828
3. Direito de Ação	829
3.1. Natureza e elementos.....	829
3.2. Condições da Ação	829
3.3. Cumulação de ações e de pedidos	829
3.4. Carência de ação.....	830
4. Sujeitos processuais – as partes.....	830
4.1. Conceito.....	830
4.2. Capacidade e Legitimação.....	830
4.3. Representação e Substituição processual.....	831
4.4. Deveres e Substituição das Partes e Procuradores. Responsabilidades	832
5. Litisconsórcio.....	833
5.1. Classificações	833
5.2. Litisconsórcio eventual, alternativo e subsidiário	835
6. Da Intervenção de Terceiros.....	836
6.1. Observações gerais.....	836
6.2. Da Assistência.....	836
6.3. Da Denúnciação da Lide.....	837

6.4.	Do Chamamento ao Processo	839
6.5.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	839
6.6.	Do <i>Amicus Curiae</i>	841
7.	Fatos e Atos processuais.....	841
7.1.	Conceito.....	841
7.2.	Classificação	841
7.3.	Forma dos atos processuais	841
7.4.	Tempo e lugar.....	842
7.5.	Prazos.....	842
7.6.	Comunicação dos atos processuais. Citação, cartas e intimações.....	843
7.7.	Nulidades	845
7.8.	Preclusão	845
8.	Magistratura. Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia.	846
8.1.	Magistratura e Juiz.....	846
8.1.1.	Princípios, poderes, deveres e responsabilidades.....	846
8.1.2.	Responsabilidade civil do juiz	846
8.1.3.	Impedimento e Suspeição.....	847
8.2.	Auxiliares da Justiça.....	847
8.3.	Ministério Público	848
8.4.	Defensoria Pública	849
8.5.	Advocacia	849
9.	Tutela Provisória	850
9.1.	Tutelas de Urgência e de Evidência	850
9.2.	Fungibilidade.....	850
9.3.	Da tutela antecipada e tutela cautelar.....	850
9.4.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente	851
9.5.	Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela.....	851
9.6.	Tutela Cautelar antecedente	852
9.7.	Tutela da Evidência	853
9.8.	Estabilização da tutela antecipada	853
10.	Da formação do Processo, Suspensão e Extinção do Processo	853
10.1.	Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	853
10.2.	A Propositura da Ação	853
10.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida.....	854
10.4.	Protocolo da Inicial x Registro e Distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento)	854
10.5.	Da Suspensão do Processo	854
10.6.	Extinção do Processo	856
11.	Processo de conhecimento	856

11.1.	Procedimento comum: noções gerais, finalidade, objeto e estrutura. Procedimento sumário.....	856
11.2.	Petição inicial	856
11.2.1.	Requisitos e vícios.....	856
11.2.2.	Pedidos	857
11.2.3.	Deferimento e indeferimento da petição inicial.....	861
11.2.4.	Improcedência liminar do pedido	862
11.3.	Da Contestação, reconvenção e revelia.....	863
11.3.1.	Contestação	863
11.3.2.	Reconvenção	864
11.3.3.	Revelia.....	865
11.3.4.	Exceções.....	866
12.	Providências preliminares e de saneamento	866
13.	Julgamento conforme o estado do processo	867
14.	Provas	868
14.1.	Ônus da prova	868
14.2.	Produção antecipada de prova	868
14.3.	Depoimento pessoal	869
14.4.	Confissão	869
14.5.	Exibição de documento ou coisa.....	869
14.6.	Prova documental.....	870
14.7.	Documentos eletrônicos	870
14.8.	Prova testemunhal	871
14.9.	Prova pericial.....	871
14.10.	Inspeção judicial.....	872
15.	Audiências: preliminar e de instrução e julgamento	872
15.1.	Da audiência de conciliação e mediação	872
15.2.	Audiência de instrução e julgamento	873
16.	Sentença.....	873
16.1.	Conceito.	873
16.2.	Classificações de sentença	873
16.3.	Elementos e efeitos das sentenças	874
16.4.	Publicação, intimação, correção e integração da sentença	875
17.	Coisa Julgada	876
17.1.	Conceito	876
17.2.	Espécies	876
17.3.	Limites	876
17.4.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	878
17.5.	Coisa julgada e resolução de questão prejudicial	878
17.6.	Liquidação	878

17.6.1	Liquidação Provisória e Definitiva	878
17.6.2	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título	879
17.6.3	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	879
17.6.4	Liquidação Incidental e Autônoma	879
17.6.5	Iniciativa da Liquidação	879
17.6.6	Procedimentos para Apuração do Valor.....	880
17.6.7	Liquidação por Arbitramento.....	880
17.6.8	Liquidação pelo Procedimento Comum	880
17.6.9	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação	880
18.	Cumprimento da sentença.....	880
18.1	Procedimento.	880
18.2.	Intimação do devedor	880
18.3.	Competência para a fase de cumprimento de sentença	882
18.4.	Admissibilidade do protesto	882
18.5.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subseqüentes.....	882
18.6.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	883
18.7.	Impugnação	883
19.	Processo de Execução contra a Fazenda Pública.....	884
19.1.	Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública.....	884
19.2.	O Oferecimento de Impugnação ao Cumprimento de Sentença	885
19.3.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública	885
19.4.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução.....	885
19.5.	Matérias Alegáveis na Impugnação.....	885
20.	Processo de execução	886
20.1.	Título Executivo Judicial e Extrajudicial	886
20.2	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	887
20.3	Execução por quantia certa: disposições gerais.....	887
20.4	Da Suspensão e extinção do processo de execução	901
21.	Procedimentos Especiais.....	902
21.1.	Ação de Consignação em Pagamento.....	902
21.2.	Ações possessórias	903
21.2.1.	A Fungibilidade das Ações Possessórias.....	903
21.2.2.	Espécies de Ações Possessórias	904
21.2.3.	Pedidos na Ação Possessória	904
21.2.4.	Contestação	904

21.3	Embargos de terceiro.....	904
21.3.1	Finalidade	904
21.3.2	Legitimidade	905
21.3.3	Termo final	905
21.4	Ação Monitória.....	906
21.4.1	Finalidade	906
21.4.2	Polo passivo	906
21.4.3	Extensão do objeto da ação.	906
21.4.4	Prova oral documentada.....	906
21.4.5	Outras particularidades	906
22.	Ação Rescisória	907
22.1.	Conceito e cabimento	907
22.2.	Legitimidade e Pedidos na ação rescisória	908
22.3.	A rescisão de Apenas Um Capítulo da Decisão	908
22.4.	Competência para Julgamento.....	908
22.5.	Prazo decadencial	909
22.6.	Polo Passivo	909
22.7.	Resposta do réu	909
23.	Uniformização de jurisprudência dos tribunais.....	910
24.	Recursos	910
24.1.	Meios de impugnação.....	910
24.2.	Teoria Geral dos Recursos.....	910
24.3.	Efeitos dos recursos.....	911
24.4.	Recursos em espécie	913
24.4.1.	Agravo de instrumento.....	913
24.4.2.	Agravo Interno	914
24.4.3.	Embargos de declaração.....	914
24.4.4.	Recursos extraordinário e especial.....	915
24.4.5.	Repercussão Geral	915
24.4.6.	Relevância da Questão de Direito Federal Infraconstitucional	916
25.	Mandado de segurança	916
25.1.	Cabimento	916
25.2.	ADIN 4296	917
25.3.	Prazo Decadencial	917
25.4.	Legitimidade Ativa e Passiva.....	917
25.5.	A autoridade apontada como coatora	918
25.6.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade.....	918
25.7.	Vedação da utilização do mandado de segurança	919
25.8.	Inconstitucionalidade do óbice à concessão da liminar	919
25.9.	Mandado de Segurança Coletivo	919